



Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 42.584.318/0001-07

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 12 de março de 2024.

Apresentação

Submetemos à apreciação de V.S.as., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

Evolução dos negócios

A Corretora tem seu foco no atendimento a clientes private banking, institucionais e estrangeiros (não residentes) e a sua principal receita é a prestação de serviços, principalmente com operações realizadas na B3 S.A. A Corretora apresentou um prejuízo no exercício de R\$ 24.863 (2022 – lucro líquido de R\$ 57.289), decorrente da redução nos volumes de operações e consequente queda nas receitas de corretagem, em razão da transferência de parte de suas atividades para a UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., como resultado da aquisição do Credit Suisse AG pelo UBS AG.

Política de distribuição de dividendos

As acionistas estão asseguradas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

Índice de Baseleia

O Conglomerado Credit Suisse Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O índice de Baseleia em 31 de dezembro de 2023 era de 28,09% (2022 – 23,72%).

Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de decisões. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo. Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso site na internet, a partir de 30 de março de 2024, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à adequação do Patrimônio de Referência, conforme a Resolução CMN nº 4.955/21, assim como a descrição do processo de

gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.credit-suisse.com/br/pl/quem-somos/governanca/dados-abertos/pilar3.html>.

A Diretoria:

Daniel Henrique Cohn
Daniel Veniga de Carvalho
Leonardo Rabin
Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça
Marcelo Augusto Ramos
Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez
Milena Weiss Aloisi
Teodoro Zemella Bruno de Lima

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(Em milhares de Reais)				(Em milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	Dezembro/2023	Dezembro/2022	Circulante	Nota	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Circulante		650.945	852.132	Circulante		275.293	417.114
Caixa e equivalentes de caixa		326.444	434.190	Depósitos		2.252	2.821
Disponibilidades	5	3.001	3.001	Outros depósitos		2.252	2.821
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5/6	323.443	431.189	Outras obrigações		273.041	414.293
Aplicações no mercado aberto		323.443	431.189	Provisões - Sociais e estatutárias	10a	6.811	27.328
Instrumentos financeiros		170.124	139.172	Provisões - Fiscais e previdenciárias	10b	2.327	4.868
Títulos e valores mobiliários	7	170.124	138.774	Obrigação fiscal corrente	10d	-	15.671
Carteira própria		85.289	36.124	Negociação e intermediação de valores	8	234.666	356.571
Vinculados à prestação de garantias		84.835	102.650	Diversas	10c	29.237	9.855
Operações de crédito		-	398	Não-circulante		15.376	11.788
Operações de crédito - empréstimos de ações		-	398	Exigível a longo prazo		15.376	11.788
Outros créditos		154.219	278.569	Outras obrigações		15.376	11.788
Rendas a receber		801	1.066	Provisões - Sociais e estatutárias	10a	6.308	3.705
Negociação e intermediação de valores	8	149.916	275.680	Provisões	12	3.167	5.063
Ativo fiscal corrente		2.005	57	Obrigação fiscal diferida		1.685	-
Diversos	9	1.497	1.766	Negociação e intermediação de valores	8	58	-
Outros valores e bens		158	201	Diversas	10c	4.158	3.030
Despesas antecipadas		158	201	Patrimônio líquido	13	362.408	438.365
Não-circulante		2.132	15.405	Capital social de domiciliados no país		210.000	210.000
Realizável a longo prazo		1.193	14.362	Reservas de lucros		179.442	229.442
Outros créditos		1.193	14.362	Ajustes de avaliação patrimonial		(2.171)	(807)
Rendas a receber		6	20	Prejuízos acumulados		(24.863)	-
Ativo fiscal corrente		67	-				
Ativo fiscal diferido	15c	-	11.583				
Diversos	9	1.120	2.759				
Permanente		939	1.043				
Imobilizado		939	1.043				
Imobilizado de uso		9.884	9.576				
Depreciações acumuladas		(8.945)	(8.533)				
Intangível		-	-				
Ativos intangíveis		406	406				
Amortizações acumuladas		(406)	(406)				
Total do ativo		653.077	867.537	Total do passivo e patrimônio líquido		653.077	867.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022							
(Em milhares de Reais)							
	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados/(prejuízos)	Lucros Total	
			Legal	Estatutária			
Em 31 de dezembro de 2021		210.000	42.000	144.474	(669)	-	395.805
Resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego		-	-	-	(230)	-	(230)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego		-	-	-	92	-	92
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	57.289	57.289
Destinações:							
Reserva estatutária	13b	-	-	42.968	-	(42.968)	-
Dividendos	13c	-	-	-	-	(14.321)	(14.321)
Em 31 de dezembro de 2022		210.000	42.000	187.442	(807)	-	438.635
Resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego		-	-	-	(826)	-	(826)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego		-	-	-	(538)	-	(538)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(24.863)	(24.863)
Destinações:							
Dividendos adicionais	13c	-	-	(50.000)	-	(50.000)	-
Em 31 de dezembro de 2023		210.000	42.000	137.442	(2.171)	(24.863)	362.408
Em 1º de julho de 2023		210.000	42.000	137.442	(807)	9.177	397.812
Resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego		-	-	-	(826)	-	(826)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego		-	-	-	(538)	-	(538)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(34.040)	(34.040)
Em 31 de dezembro de 2023		210.000	42.000	137.442	(2.171)	(24.863)	362.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. Contexto operacional: A Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), constituída sob a forma de sociedade anônima, domiciliada à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700/10-14º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP, tem por objeto todas as atividades permitidas às sociedades corretoras, operando na intermediação de títulos e valores mobiliários em Bolsas de Valores e de Mercadorias. A Corretora é uma empresa integrante do Conglomerado Credit Suisse Brasil, cujo controlador é o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e suas operações são conduzidas dentro deste contexto. Em 19 de março de 2023, Credit Suisse Group AG e UBS Group AG celebraram um acordo para a fusão de seus negócios ("fusão"), concluído em 12 de junho de 2023. As operações e a performance financeira da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários foram impactadas como resultado da fusão, tendo em vista a transferência de parte de suas atividades para a UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. Não houve, até o momento, nenhuma mudança na estrutura societária do grupo no Brasil. Em 07 de julho de 2023, o Banco Central do Brasil aprovou a alteração no grupo de controle do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil, composto por Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e de suas controladas Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., para o controlador final UBS Group AG, com sede em Zurique, Suíça. Ainda, conforme aprovação do Banco Central, serão mantidos segregados o Conglomerado Financeiro Credit Suisse, tendo o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. como instituição líder, e o Conglomerado Financeiro UBS, tendo o UBS Brasil Banco de Investimento S.A. como instituição líder.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), subsidiariamente no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo BCB até o momento. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como escopo a instituição individual e incorporaram os normativos abaixo relacionados: • Resolução CMN nº 4.924 de 24 de Junho de 2021, aprovou o CPC 00 (R2) Pronunciamento sobre a estrutura conceitual e elementos requeridos para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis; • Resolução BCB nº 2 de 12 de Agosto de 2020: estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021, incluindo a apresentação da demonstração de resultados, na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e pressupostos para a contabilização e determinação dos valores de certos ativos, instrumentos financeiros, provisões e passivos contingentes da Corretora, conforme descritas na nota 3. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. O Banco Central do Brasil emitiu uma série de normativos que podem impactar as demonstrações financeiras da Corretora para os próximos períodos, elencadas a seguir: • Resolução BCB nº 320 de 2023: altera a Resolução BCB nº 92 de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor a partir de janeiro de 2025; • Instruções normativas nº 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 de 2023, que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas normativas entram em vigor a partir de janeiro de 2025; • Resolução CMN nº 5.100 de 2023: altera a resolução CMN nº 4.065/20, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor e produz efeitos a partir de janeiro de 2025; • Resolução BCB nº 352 de 2023: dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo tem prazo final de implementação em janeiro de 2027, porém, para a Corretora, passa a produzir efeitos a partir de janeiro de 2025. As demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela administração para emissão e submetidas ao Comitê de Auditoria em 12 de março de 2024.

3. Descrição das principais práticas contábeis: a. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. b. Ativos e passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bancária nº 3.068/2001. c. Caixa e equivalentes de caixa – são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, cujos prazos de liquidação na data de aquisição eram de até noventa dias. d. Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados nas seguintes categorias: • Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do exercício; • Títulos disponíveis para venda – não se enquadram como títulos para negociação nem como títulos mantidos até o vencimento. São apresentados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos nominais reconhecidos no resultado do exercício e as variações do valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade de financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos (em base "pro rata" dia) e reconhecidos no resultado do exercício. e. As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma: • Os ajustes diários nas operações com títulos são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos ou incorridos; • Os prêmios pagos ou recebidos nas operações com opções são registrados, até a liquidação das mesmas, em contas patrimoniais a valor de custo, ajustados a mercado em contrapartida ao resultado; • Ativos e passivos decorrentes de operações de swaps são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustados a mercado em contrapartida ao resultado; e • A provisão para spread de risco de crédito ("Credit Valuation Adjustment" - CVA) para os instrumentos financeiros derivativos é calculada sobre o somatório do valor de mercado dos derivativos e seus respectivos ganhos potenciais futuros, conforme Resolução BCB nº 229 e Circular Bancária nº 3.849/17. f. Critérios para apuração do valor de mercado – o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em: • Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; • Modelos de precificação que utilizam como base o preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes, divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) ou associações de classe; e • Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários. • O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários está divulgado na nota 7. g. Imobilizado – conforme previsto na Resolução nº 4.535/16 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as beneficiárias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no

desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, e em conformidade com a referida norma. h. Negociação e intermediação de valores mobiliários – as operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas na B3 S.A., por conta de clientes, pendentes de liquidação. i. Obrigações por empréstimo de ações – as ações tomadas por empréstimos são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores, acrescida dos encargos/rendimentos do empréstimo, apropriada no resultado. j. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa. Esses impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável que os juros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável dentro do prazo de 10 anos. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. Ressaltamos, entretanto, que em 31 de dezembro de 2023, foi efetuada a baixa integral do crédito tributário de IRPJ e CSLL, por não aderência à disposição prevista no inciso I, do artigo 4º, da Resolução CMN nº 4.842/20, conforme divulgado na nota 15c. k. Plano de remuneração de longo prazo – os prêmios atribuídos aos funcionários, relativos aos planos globais de remuneração de longo prazo, são registrados no resultado do exercício, em contrapartida a um passivo, à medida que suas condições, tais como a permanência na Corretora, sejam cumpridas. Os ajustes desses passivos aos seus valores de realização também são registrados em contrapartida do resultado do exercício. Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, sendo exclusivamente em ações ou indexados ao preço das mesmas, conforme o plano, com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. l. Avaliação do valor recuperável – os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não serão recuperados no futuro. Não foram identificadas perdas no valor recuperável dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. m. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização, e sobre as quais não cabam mais recursos; • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados, tampouco divulgados, conforme legislação vigente; e • Obrigações legais - quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito. Estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade. Os valores das provisões estão divulgados na nota 12. n. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.277/13, são reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao agrupamento dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado (títulos públicos federais, opções de ações e ações) das empresas integrantes do Conglomerado Credit Suisse Brasil. o. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.877/20, foram reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao passivo atuarial, com base no Pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. A revisão das premissas e avaliação dos efeitos relativos a esse passivo atuarial são efetuadas anualmente. Os impactos do custo do serviço corrente e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O valor da provisão para passivo atuarial está divulgado na nota 11. p. Resultados recorrentes e não-recorrentes: em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, evidenciamos que o único resultado não-recorrente reconhecido no exercício de 2023, corresponde à baixa do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL constituído sobre diferenças temporárias e base negativa, descrita na nota 15c. De acordo com o art. 34, parágrafo 4º da mesma resolução, considera-se resultado não-recorrente o resultado que não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício de 2022, não houve resultado não-recorrente reconhecido.

4. Gerenciamento de riscos: A estrutura de gestão de riscos da Corretora é realizada por estrutura integrada de gestão de riscos (CRO) e é realizada de forma independente da atividade de negócios, pautada por políticas de governança, controles e processos. O Conglomerado Prudencial Credit Suisse ("Conglomerado") definiu práticas de riscos quantitativos e qualitativos para os seus principais riscos tomados. O Conglomerado também realizou testes de estresse nos principais riscos tomados e os resultados são utilizados nos testes feitos no plano de capital do conglomerado. O Conglomerado possui Comitê de Riscos que se reúne periodicamente para discutir a utilização dos apetites, principais incidentes, mudanças regulatórias, dentre outros assuntos. As instituições integrantes do Conglomerado gerenciam seus principais riscos que são: a. **Risco operacional** - é definido como o risco de perda de um valor financeiro de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e atua como *market maker* em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado, o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o *Value at Risk (VaR)*, onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidades de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade destes, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados imediatamente à Diretoria que acompanha o reequilíbrio das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de taxa de juros da sua carteira de não negociação e possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, *back testing* de modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à Diretoria do Conglomerado com base na posição consolidada do Conglomerado, assim como os valores e sensibilidades apresentados nesta nota. O Conglomerado estima o VaR em um horizonte de um dia e nível de confiança de 98%. O modelo utilizado para estimar o VaR é uma simulação histórica, e a aderência do modelo é testada por meio de verificações de produção (back testing) que consistem em ações e ações em períodos de vezes em que o retorno efetivo do portfólio é superior em módulo à estimativa do VaR e comparar o número com o nível de confiança utilizado. Em 31 de dezembro de 2023, a posição do VaR das carteiras de negociação e não negociação do Conglomerado era de R\$ 9.303 (Dez/2022 – R\$ 15.332). A análise de cenários é um processo pelo qual são analisados os retornos esperados segundo possíveis eventos futuros. É utilizada para verificar as perdas potenciais com baixa probabilidade de ocorrência. O modelo de análise de cenários possui natureza dinâmica, pois representa um conjunto de dois cenários: otimista e pessimista. Esses cenários incorporam, em intervalos regulares, as variações que refletem mudanças estruturais no mercado com base em preços históricos e volatilidades, questões econômicas e liquidez do mercado. I. Risco de Juros: o risco de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros varie devido a mudanças nas taxas de juros do

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	Semestre 2023	Exercícios 2023 2022
Receitas da intermediação financeira		36.642	73.493 80.658
Operações de crédito		51	133 -
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		36.575	73.362 79.798
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		16	(2) 860
Despesas da intermediação financeira		(12.911)	(17.668) (8.580)
Operações de crédito		-	- (304)
Operações de captações no mercado		-	- (1)
Operações de empréstimos e repasses		(12.911)	(17.667) (8.286)
Resultado bruto da intermediação financeira		23.731	55.835 72.078
Outras receitas (despesas) operacionais		(51.203)	(67.439) 30.358
Receitas de prestação de serviços	16a	26.802	75.682 160.924
Despesas de pessoal	16c	(61.865)	(103.279) (73.688)
Outras despesas administrativas	16b	(14.265)	(31.395) (35.714)
Despesas tributárias		(3.897)	(10.483) (20.468)



Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 42.584.318/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

7. Títulos e valores mobiliários: a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	Dezembro/2023		Dezembro/2022	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Carteira própria				
Cota de fundo imobiliário	180	181	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	16.557	16.673	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.109	4.110	-	-
Ações de companhias abertas	16.507	16.588	8.170	8.121
Cotas de fundos de renda variável	45.126	47.737	28.197	28.003
Total	82.479	85.289	36.367	36.124
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	1	4.739	4.736
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	18.781	18.907	25	24
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	28.104	28.109	31.998	32.010
Cotas de fundo multimercado	17.791	17.791	20.647	20.647
Ações de companhias abertas	-	-	27.876	27.829
Cotas de fundos de renda variável	18.752	20.027	17.874	17.404
Total	83.429	84.835	103.159	102.650
Total de títulos e valores mobiliários	165.908	170.124	139.526	138.774

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), as cotas de fundos e as ações estão custodiadas nas câmaras de liquidação e compensação da B3 S.A. e os títulos vinculados à prestação de garantias são relacionados às operações realizadas na B3 S.A.

b. Diversificação de títulos e valores mobiliários por classificação e prazos

	Total			
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Títulos para negociação				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	1	1
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	1.277	34.303	35.580
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	342	31.650	227	32.219
Ações de companhias abertas	16.588	-	-	16.588
Cotas de fundo multimercado	17.791	-	-	17.791
Cotas de fundo de renda variável	67.764	-	-	67.764
Cota de fundo imobiliário	181	-	-	181
Total de títulos e valores mobiliários	102.324	342	32.927	34.531

8. Negociação e intermediação de valores

	Outros créditos		Outras obrigações	
	Dezembro/2023	Dezembro/2022	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Caixa de registro e liquidação	-	-	15	2.037
Devedores/credores - liquidações pendentes:				
Pessoas físicas e jurídicas	112.713	100.655	37.205	175.212
Sociedades ligadas	37.203	175.010	112.537	99.449
Credores por empréstimos de ações	-	-	80.614	79.792
Outros créditos/obrigações	-	-	2.331	1.143
Total	149.916	275.660	234.724	356.571

9. Outros créditos - diversos

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Adiantamentos e antecipações salariais	1.159	1.458
Devedores por depósitos em garantia	970	2.759
Outros	488	308
Total	2.617	4.525

10. Outras obrigações - a. Sociais e estatutárias: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se a gratificações e participações a pagar no valor de R\$ 13.119 (2022 - R\$16.712). Em 31 de dezembro de 2022, a Corretora provisionou dividendos a pagar no montante de R\$ 14.321 os quais foram devidamente pagos ao controlador em 30 de junho de 2023. **b. Fiscais e previdenciárias:** Referem-se a impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 2.327 (2022 - R\$4.868). **c. Diversas:** Referem-se, substancialmente, à provisão para férias, 13º salário, gratificações e encargos a pagar no valor de R\$ 28.865 (2022 - R\$9.464) e provisão para passivo atuarial referente ao plano de assistência médica dos funcionários de R\$ 4.158 (2022 - R\$ 3.030), conforme apresentado na nota 11. **d. Obrigação fiscal corrente:** Refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido a pagar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as antecipações superaram o montante da provisão constituída, portanto, não há valor residual a pagar. Em 31 de dezembro de 2022, o valor a pagar foi de R\$ 15.671.

11. Passivo atuarial: A Corretora oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela e/ou total do custo do plano. Está garantida a continuidade da assistência médica aos participantes do plano de forma temporária ou vitalícia à medida em que se desligarem ou se aposentarem, dependendo do tempo total de contribuição durante a carreira ativa. O passivo atuarial corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pela empresa aos inativos, ou seja, corresponde à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo. O valor reconhecido como "Outras obrigações - diversas" no período foi de R\$ 4.158 (2022 - R\$ 3.030) e como "Ajustes de avaliação patrimonial", perda de R\$ 1.364 (2022 - perda de R\$ 138) líquida dos efeitos fiscais. A Corretora realiza a estimativa e definição das premissas utilizadas na avaliação atuarial anualmente.

i. Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
a. Taxa real de juros/desconto da obrigação atuarial	10,20% a.a. (5,45% a.a. real)	10,47% a.a. (5,97% a.a. real)
b. Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50% a.a.	4,25% a.a.
c. Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 10%
d. Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
e. Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB - 57	IAPB - 57
f. Hipótese sobre rotatividade	20%	20%
g. Taxa estimada de permanência no plano	75%	75%
h. Aposentadoria	Eligibilidade à Previdência Social	Eligibilidade à Previdência Social
i. Composição familiar dos ativos	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho
j. Composição familiar dos inativos	Família informada	Família informada
k. Inflação médica (HCCTR)	7,63% a.a. (3,00% a.a. real)	7,38% a.a. (3,00% a.a. real)
l. Aumento de custos por idade (aging factor)	3,00% a.a.	3,00% a.a.

ii. Exposição a riscos: As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, expõe a Corretora aos principais riscos dispostos a seguir: **Risco de juros/inflação:** os valores dos planos estão vinculados aos índices de juros e inflação, e uma diminuição nessas taxas, elevará as obrigações e, por consequência, o passivo atuarial e despesas mais relevantes; **e** **Expectativa de vida/permanência no plano:** os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário e a permanência no plano, por isso o aumento da expectativa de vida e de permanência no plano após a aposentadoria resultaria em um aumento do passivo e das despesas.

iii. Reconciliação do passivo atuarial

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
1. Valor das obrigações no início do exercício	3.030	2.545
2. Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	56	50
3. Juros sobre obrigação atuarial	315	215
4. Benefícios pagos pelo plano	(69)	(9)
5. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	498	572
6. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	328	(343)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	4.158	3.030
b. Reconciliação do balanço		
1. Passivo no balanço no início do exercício	3.030	2.545
2. Despesa reconhecida no exercício corrente	371	265
3. Contribuições de patrocinadoras vertidas no ano	(69)	(10)
4. Montantes reconhecidos no OCJ no exercício corrente	826	230
Passivo no balanço no final do exercício	4.158	3.030
c. Componentes da despesa do plano		
1. Custo do serviço corrente	56	50
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	315	215
Total da despesa a ser reconhecida	371	265

A DIRETORIA

d. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
1. Valor presente das obrigações atuais a descoberto	4.158	3.030
Passivo líquido	4.158	3.030
e. Componentes da despesa do plano projetada		
1. Custo do serviço corrente	113	56
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	422	315
Total da despesa a ser reconhecida	535	371
f. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCJ)		
1. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	498	573
2. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	328	(343)
Custo total reconhecido no OCJ	826	230
g. Duration da obrigação atuarial	18,2	22,8
h. Fluxo de benefícios futuros		
Exercício atual +1	50	43
Exercício atual +2	78	122
Exercício atual +3	185	128
Exercício atual +4	194	133
Exercício atual +5	203	142
Exercício atual +6 até exercício atual +10	1.436	1.007
i. Distribuição da obrigação atuarial		
1. Ativos	2.046	1.324
2. Assistidos/aposentados/pensionistas	2.112	1.706
Total da obrigação atuarial	4.158	3.030

iv. Sensibilidade da obrigação de benefício: A tabela abaixo apresenta os impactos pela alteração das seguintes premissas:

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(316)	(226)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	357	255
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço	(11)	(6)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço	12	7
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros	(13)	(10)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros	14	10
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	364	261
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(325)	(233)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo do serviço	13	7
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo do serviço	(12)	(6)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo dos juros	34	27
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo dos juros	(37)	(26)

12. Provisões: A Corretora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. No montante de R\$ 3.167 (2022 - R\$ 5.053), as provisões contingentes levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09 e principalmente por honorários advocatícios cíveis e fiscais. Segue abaixo movimentação das provisões contingentes no exercício:

	Dezembro/2022	Constituições/Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/2023
Fiscais	1.757	83	(18)	(11)	1.811
Trabalhistas (a)	3.196	533	(1.983)	(490)	1.256
Cíveis	100	-	-	-	100
Total	5.053	616	(2.001)	(501)	3.167

	Dezembro/2021	Constituições/Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/2022
Fiscais	1.681	76	-	-	1.757
Trabalhistas (a)	2.886	310	-	-	3.196
Cíveis	56	44	-	-	100
Total	4.623	430	-	-	5.053

(a) Referem-se a ações contra a Corretora, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Adicionalmente, a Corretora discute processos nas esferas judicial e administrativa, não reconhecidos em suas demonstrações contábeis por apresentarem risco de perda possível, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos. Os principais processos possíveis são: **e** **Encargos sociais sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR)** dos empregados: a Corretora discute na esfera administrativa e judicial se os valores pagos a título de PLR atenderam aos requisitos da Lei nº 10.101/00, de modo a não incidir encargos sociais. Essas atuações ocorreram em agosto de 2010. O valor atualizado da causa é de R\$ 41.511 (2022 - R\$ 39.873); **f** **Tributação do ganho de capital na venda dos títulos patrimoniais da Bovespa e BM&F:** a Corretora discute na esfera judicial se o ganho de capital na venda dos referidos títulos patrimoniais deveria ser objeto de tributação do PIS e COFINS, uma vez que refere-se a resultado da venda de ativo permanente. A autuação refere-se a setembro de 2010 e o valor atualizado da causa é de R\$ 57.422 (2022 - R\$ 54.348); **g** **Ação Declaratória** movida por Pessoa Física buscando o reconhecimento do Tribunal de que a CVM proferiu julgamento falho em processo administrativo anterior do Autor perante o Credit Suisse. Foi proferida sentença julgando extinta a ação sem resolução do mérito, e mantida em Acórdão proferido em Segunda Instância. Aguarda-se manifestação da Autora em relação ao Acórdão proferido. O valor atualizado da causa é de R\$ 32 (2022 - R\$ 31). A Corretora também é ré em processos de natureza trabalhista, classificadas como risco de perda possível que, em 31 de dezembro de 2023, totalizavam R\$ 10.419 (2022 - R\$ 0). Na avaliação da administração, os valores apresentados nesta nota refletem adequadamente os impactos, no balanço e na demonstração do resultado, que seriam esperados caso as contingências (provisionadas e não provisionadas) viessem a ser exigidas.

13. Patrimônio líquido - a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social está representado por 98.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do Capital Social definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Corretora, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. **c. Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante à legislação em vigor. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 8.745 correspondente a lucros auferidos pela Corretora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, após a constituição de Reserva Legal, quando aplicável. Os dividendos foram pagos em 24 de junho de 2022. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 14.321 correspondente aos lucros auferidos pela Corretora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, após a constituição de Reserva Legal, quando aplicável. Os dividendos foram pagos em 30 de junho de 2023. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de junho de 2023, foi aprovada a distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 50.000 pela conta de reserva de lucros Estatutária correspondente aos lucros auferidos pela Corretora em exercício anteriores. Os dividendos foram pagos em 30 de junho de 2023.

14. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

a. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

	Natureza do relacionamento	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Ativo			
Disponibilidades	Relacionada	3.000	3.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Controlador	323.443	431.189
Outros créditos:			
Negociação e intermediação de valores	Controlador	37.204	175.025
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas	7	17
Rendas a receber - taxa de administração	Relacionadas	265	501
Passivo			
Depósitos:			
Outros depósitos	Relacionadas	1.482	1.693
Outras obrigações:			
Sociais e estatutárias	Controlador	-	14.321
Negociação e intermediação de valores	Controlador	114.536	100.333
Diversas - aluguel	Controlador	316	342

Resultado

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	46.193	57.747
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários - Relacionada	-	143
Recicla de prestação de serviços - corretagem	41	308
Recicla de prestação de serviços - corretagem - Relacionadas	6.699	6.396
Recicla de prestação de serviços - taxa de administração - Relacionadas	4.121	6.816
Outras despesas administrativas - Controlador	2.970	1.837

b. Remuneração do pessoal chave da administração: Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi registrada uma despesa no valor de R\$ 5.397 (2022 - despesa de R\$ 1.943), composta por honorários, gratificações e benefícios de remuneração de longo prazo. As empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil participam de planos globais de remuneração de longo prazo, em especial do plano global de ações do Credit Suisse Group ("CSG"). Esses planos envolvem a atribuição aos funcionários e administradores de promessas de pagamentos futuros baseados em ações ou em outros ativos, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas. A liquidação destes planos é feita via crédito em conta corrente bancária. Para a liquidação em ações, a Corretora mensura o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos, tendo em conta as condições de mercado para cada plano. Nos pagamentos baseados em ações liquidados conforme descrito acima, a Corretora mensura o passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação e é reconhecido mensalmente. Conforme anúncio feito globalmente em relação a compra do CS AG pelo UBS AG em 12 de Junho de 2023, as ações do CS AG deixaram de existir. As ações do CS AG foram convertidas na proporção de 1 ação UBS AG = 22,48 ações CS AG. A provisão total para funcionários e administradores referente ao plano global de ações e aos demais benefícios de longo prazo e respectivos encargos no valor de R\$ 13.119 (2022 - R\$ 16.712) encontra-se registrada na conta de "Outras obrigações" (nota 10a). Na tabela abaixo está apresentada a movimentação dos planos baseados em ações no exercício, considerando seu ajuste a mercado:

Movimentação das ações

	Valor R\$ mil	Quantidade
Ações do CS AG em 31/12/2022	30	2.682
Ações outorgadas durante o período	-	-
Ações entregues no exercício	(8)	(57)
Ajuste ao valor justo no período	2	-
Conversão para ações UBS AG	(19)	(2.591)
Ações do UBS AG em 31/12/2023	5	34
Movimentação das ações		
Ações do CS AG em 31/12/2021	67	2.698
Ações outorgadas durante o período	16	1.000
Ações entregues no período	(37)	(1.016)
Ajuste ao valor justo no exercício	(16)	-
Ações do CS AG em 31/12/2022	30	2.682

15. Imposto de renda e contribuição social: a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(11.601)	102.436
Base de cálculo	(11.601)	102.436
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social de 15%	4.640	(40.974)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis, líquidas de receitas não tributadas	(863)	(107)
Incentivos fiscais	44	613
Efeito na CSLL corrente - alíquota majorada ⁽¹⁾	-	(229)
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores ⁽²⁾	(75)	(4.450)
Baixa de crédito tributário ⁽³⁾	(16.421)	-
Ajuste do ativo fiscal diferido	(587)	-
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(13.262)	(45.147)

(1) Reconhecimento da parcela adicional de CSLL corrente, referente à alíquota majorada de 1% para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, na forma da Lei no 14.446/22.
(2) IRPJ anterior de R\$ 75, composto principalmente por R\$ 65 pago mediante adesão ao programa de anistia de 2023, e ajuste de R\$ 4.450 em Dezembro/2022 referente ao efeito de IRPJ e CSLL sobre proventos não tributados em aluguel de ações, como também, ajuste de provisão de contribuição social de 31 dezembro de 2021 pelo método da proporcionalidade da receita bruta, referente à majoração da alíquota de CSLL de 5% à época.
(3) Em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada a baixa integral do estoque do ativo diferido de IRPJ e CSLL, conforme descrito na nota 15c.